

1. Contexto operacional

A Unicasa Indústria de Móveis S.A., fundada no ano de 1985 tem como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, cozinhas e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial.

A Companhia é uma sociedade de capital aberto, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&F Bovespa S.A., sob código UCAS3 desde 27 de abril de 2012.

A Companhia possui uma ampla rede de lojas de revendas exclusivas e multimarcas no Brasil e no exterior que comercializam os produtos das marcas “Dell Anno”, “Favorita”, “New” e “Telasul Madeira”.

Nosso moderno parque fabril conta com tecnologia de última geração, onde desenvolve, fabrica, distribui e comercializa os móveis e demais produtos, destinados a todos os tipos de ambientes residenciais e comerciais, atingindo todos os segmentos de consumo.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), bem como de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações trimestrais da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2012 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 15 de Outubro de 2012.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da administração da Companhia, sendo as mais relevantes aquelas divulgadas na nota 3.

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para as informações trimestrais relativas ao período findo em 30 de setembro de 2012 e para as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2011.

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.2 Reconhecimento de receita -- Continuação

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados aos seus custos amortizados e ativos financeiros que rendem juros classificados como mantidos até o vencimento, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.5 Aplicação financeira de liquidez não imediata

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 2.18. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.3.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) **Matérias primas** - custo de aquisição segundo o custo médio.
- (ii) **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.8 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de classificação.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.9 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada desses bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10 Ativos intangíveis

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.11 Perda por redução ao valor recuperável ativos não financeiros -- Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros ativos ou passivos de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente.

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as transações a prazo a Companhia utiliza as variações da taxa Selic, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face de faturamento é considerada como receita financeira e será apropriada pelo método do custo amortizado.

2.13 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.14 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto quando:

- os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 17,00%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (*)	5,00% a 10,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social	1,00%

* O Governo Federal através do decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, reduziu a zero a alíquota do IPI até 31 de dezembro de 2012.

A receita de vendas é apresentada na demonstração do resultado do período líquida destes tributos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados deduzindo o custo dos produtos vendidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo ou passivo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.14 Tributação -- Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A Companhia não possuía em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, prejuízos fiscais ou bases negativas de imposto de renda e contribuição social.

2.15 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia, incluem em adição a remuneração fixa (salários e contribuições à seguridade social, férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação no resultado, plano de saúde, auxílio escolar e assistência médica. Estes benefícios são registrados no resultado do período quando a Companhia tem com base em regime de competência à medida que são incorridos.

2.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação, básico e diluído, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

2.17 Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Demonstração do valor Adicionado (DVA) foi elaborada de acordo com o CPC 09.

As transações que não afetam caixa no período foram:

	30/09/2012	30/09/2011
Transferência de investimentos	300	-
Intangível – fundo de comércio	(300)	-
Aumento de capital (NE 16)	30.101	-

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.18 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado; investimentos mantidos até o vencimento empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Estes instrumentos são avaliados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e empréstimos e financiamentos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos são incluídas na rubrica receitas financeiras na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.18 Instrumentos financeiros -- Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.19 Informação por segmento

As operações da Companhia são o desenvolvimento, industrialização, comercialização e prestação de serviços de móveis modulados e planejados para o mercado interno e externo, sendo organizadas em um único segmento operacional. Embora os produtos sejam comercializados por canais de venda específicos, conforme sua categoria, a Companhia gerencia e controla seus produtos de forma integrada e os seus resultados operacionais são acompanhados, monitorados e avaliados também de forma integrada.

2.20 Arrendamento mercantil

A Companhia tem contratado leasing operacional (arrendamento mercantil) de uma aeronave, o qual é reconhecido como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base. No período findo em 30 de setembro de 2012, a despesa com arrendamento e gastos relacionados à manutenção e conservação da aeronave totalizou R\$1.303 (R\$1.115 em 30 de setembro de 2011), sendo totalmente reembolsada pelos acionistas pelo uso do equipamento.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.21 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2012 ou 2013. A Administração da Companhia avaliou os requerimentos destes novos pronunciamentos e interpretações e concluiu que não haverá impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Segue abaixo um resumo destes novos procedimentos e interpretações:

Adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2012:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (revisado em 2011) – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. Esta alteração não causou impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo de acordo com o IAS 40. Esta alteração não causou impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 19 Benefícios aos Empregados (revisado em 2011) – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. Esta alteração não causou impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (revisado em 2011) – Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta normativa não é aplicável à Companhia.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.21 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas -- Continuação

- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta normativa não é aplicável à Companhia.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas - Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta alteração não causou impacto em suas demonstrações financeiras.

Adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas: Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, consequentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo controle sobre a atividade relevante). Esta norma não é aplicável à Companhia.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.21 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas -- Continuação

- IFRS 11 - Investimentos compartilhados ("joint arrangements"): descreve a contabilização de investimentos com controle comum; a consolidação proporcional não é permitida para investimentos de controle compartilhados ("joint ventures"). Atualmente as IFRS permitem a consolidação proporcional - linha a linha - de "joint ventures" ou seu registro pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida com a adoção do IFRS 11. Esta norma não se aplica a Companhia.
- IFRS 12 - divulgações de investimentos em outras entidades: introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos em subsidiárias, joint-ventures, associadas e "entidades estruturadas". Esta norma não impactará o registro ou mensuração dos investimentos, mas a Companhia espera que algumas divulgações adicionais possam ser necessárias a fim de satisfazer plenamente os requerimentos de divulgação desta norma.
- IFRS 13 – Mensuração do valor justo: fornece novas orientações sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novos requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justos quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.

Não há outras interpretações ou normas em avaliação pelo IASB que possam vir a ter algum impacto nas demonstrações da Companhia.

A Companhia não adotou de forma antecipada nenhum destes novos pronunciamentos uma vez que os mesmos ainda não possuem normativa correspondente emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas filiais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	10.453	1.261
Aplicações financeiras		
Certificados de depósito bancário – CDBs	9.513	10.870
	<u>19.966</u>	<u>12.131</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI (aproximadamente 100% do CDI).

5. Contas a receber de clientes

	30/09/2012	31/12/2011
No mercado nacional		
de terceiros	114.424	109.254
de partes relacionadas (Nota 20)	64	99
No mercado externo		
de terceiros	3.793	2.219
Cheques a receber	4.807	7.915
	123.088	119.487
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.524)	(5.069)
(-) Ajuste a valor presente – AVP	(2.992)	(3.563)
	113.572	110.855
Ativo Circulante	87.361	77.833
Não circulante	26.211	33.022
	113.572	110.855

Os prazos médios de recebimento referente ao período de janeiro até setembro de 2012 e de janeiro até 31 de dezembro de 2011 foram de 47, 45 dias respectivamente.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/09/2012	31/12/2011
Saldo no início do período	(5.069)	(2.621)
Adições	(9.288)	(5.540)
Recuperações / realizações	6.433	1.930
Baixa por incobráveis	1.400	1.162
Saldo no final do período	(6.524)	(5.069)

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a análise do saldo de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	30/09/2012	31/12/2011
A vencer	110.061	107.773
Vencidos a:		
De 1 a 30 dias	4.432	4.473
De 31 a 60 dias	1.687	1.885
De 61 a 90 dias	1.562	1.101
De 91 a 180 dias	2.195	1.428
Acima de 181 dias	3.151	2.827
	123.088	119.487

6. Estoques

	30/09/2012	31/12/2011
Produtos prontos	140	15
Produtos em elaboração	4.063	3.514
Mercadorias para revenda	584	509
Matérias primas	13.021	14.397
Materiais de embalagem	235	236
Materiais intermediários	2.432	2.979
Adiantamento a fornecedores	762	258
Materiais diversos	1.287	1.303
Provisão para obsolescência	(608)	(1.067)
	21.916	22.144

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	30/09/2012	31/12/2011
Saldo no início do período	(1.067)	(1.064)
Adições	(447)	(3)
Recuperações / realizações	906	-
Saldo no final do período	(608)	(1.067)

7. Ativo não circulante mantido para venda

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de R\$8.101 (31 de dezembro de 2011 R\$6.751) está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. A Companhia possui acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acredita que no curto prazo poderá realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado.

8. Empréstimos concedidos

	30/09/2012	31/12/2011
Empréstimos concedidos	9.177	11.985
(-) Ajuste a valor presente - AVP	(275)	(359)
	8.902	11.626
Ativo circulante	2.966	3.524
Ativo não circulante	5.936	8.102
	8.902	11.626

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 8,55% ao ano. Em garantia destas operações a Companhia possui cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

A Companhia concede aval financeiro aos financiamentos bancários obtidos pelos lojistas exclusivos. O saldo de garantia concedido em 30 de setembro de 2012 totaliza R\$120 (R\$4.831 em 31 de dezembro de 2011).

9. Imobilizado

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamento	Total
Saldo em 31/12/2011	1.378	14.883	3.300	3.738	76.239	72	2.108	3.878	5.644	1.645	112.885
Aquisições (*)	-	18	26	333	2.244	76	255	305	1.545	1.562	6.364
Baixas	-	-	(1)	-	(293)	(28)	(66)	(17)	-	-	(405)
Transferências	-	1.295	-	4	1.886	-	5	-	(1.429)	(1.761)	-
Saldo em 30/09/2012	1.378	16.196	3.325	4.075	80.076	120	2.302	4.166	5.760	1.446	118.844

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamento	Total
Saldo em 31/12/2011	-	(4.246)	(486)	(299)	(28.166)	(42)	(833)	(2.819)	-	-	(36.891)
Depreciações	-	(459)	(100)	(300)	(4.679)	(12)	(152)	(318)	-	-	(6.020)
Baixas	-	-	-	-	237	12	46	16	-	-	311
Saldo em 30/09/2012	-	(4.705)	(586)	(599)	(32.608)	(42)	(939)	(3.121)	-	-	(42.600)

Valor contábil líquido

Saldo em 31/12/2011	1.378	10.637	2.814	3.439	48.073	30	1.275	1.059	5.644	1.645	75.994
Saldo em 30/09/2012	1.378	11.491	2.739	3.476	47.468	78	1.363	1.045	5.760	1.446	76.244

(*) Durante o período a Companhia adquiriu ativos imobilizados ao custo total de R\$6.364, dos quais R\$ 2.420 permaneceram a pagar em 30 de setembro de 2012 (R\$ 1.893 em 31 de dezembro de 2011), conforme nota explicativa 13 - Fornecedores. Os pagamentos em caixa realizados no período de 01 de janeiro de 2012 a 30 setembro de 2012 nas aquisições de imobilizados somaram R\$ 5.837.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo. As taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens estão descritas conforme abaixo:

	Média ponderada de vida útil	Taxa média de depreciação anual
Edificações	25 anos	4%
Benfeitorias	25 anos	4%
Instalações	10 anos	10%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Veículos	5 anos	20%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Equipamentos de Informática	5 anos	20%

10. Intangível

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldo em 31/12/2011	508	122	-	630
Aquisições	140	6	3.061	3.207
Amortização	(151)	(16)	-	(167)
Saldo em 30/09/2012	497	112	3.061	3.670

A Companhia mantém o ativo intangível pelo custo de aquisição, usando as taxas de amortização demonstradas a seguir:

	Média ponderada de vida útil	Taxa média de depreciação anual
Software	5 anos	20%
Marcas e patentes	10 anos	10%
Fundo de comércio	Indeterminada	-

11. Outros ativos

	30/09/2012	31/12/2011
Recuperação de despesas (a)	3.345	848
Créditos a recuperar	4.288	535
Outros (b)	5.505	1.350
(-) Provisão para perdas com créditos a recuperar	(2.468)	-
Total	10.670	2.733
Ativo circulante	8.713	2.097
Ativo não circulante	1.957	636
	10.670	2.733

(a) Refere-se, principalmente, a gastos realizados pela Companhia para veiculação de campanhas de marketing, os quais serão reembolsados por lojas exclusivas.

(b) Substancialmente formado por valores a receber de instituições financeiras conforme Nota 18.

12. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento final	30/09/2012	31/12/2011
Financiamento de imobilizado				
Banco Votorantim	9% a.a.	15/06/2014	1.950	2.788
Financiamento de exportação				
Banco Santander – BNDES	9% a.a.	15/06/2013	4.012	4.015
			5.962	6.803
Passivo circulante			5.127	1.115
Passivo não circulante			835	5.688
			5.962	6.803

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 as parcelas a pagar de longo prazo vencem como segue:

Vencimento no ano	2012	2011
2013	277	5.130
2014	558	558
	835	5.688

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram concedidos avais dos acionistas controladores.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía R\$31.000 em linhas de crédito disponibilizadas e aprovadas por instituições financeiras, mas não utilizadas.

Os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não tem cláusulas restritivas (“covenants”).

13. Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 encontra-se resumida a seguir:

	30/09/2012	31/12/2011
No mercado nacional		
Insumos		
De terceiros	7.920	2.842
De partes relacionadas (Nota 20)	259	-
Materiais diversos	320	559
Serviços	1.000	3.131
Total mercado nacional	9.499	6.532
No mercado externo		
Imobilizado	2.420	1.893
Total mercado externo	2.420	1.893
Total mercado nacional e mercado externo	11.919	8.425

14. Imposto de renda e contribuição social

Valores lançados ao resultado

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 encontra-se resumida a seguir:

	30/09/2012	30/09/2011
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(16.745)	(22.205)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Relativos ao crédito fiscal sobre gastos com emissão de ações, referentes ao processo de abertura de capital	(1.370)	-
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	3.766	3.579
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(14.349)	(18.626)

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 está descrita a seguir:

	30/09/2012		30/09/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	46.281	46.281	61.481	61.481
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente,	(11.570)	(4.165)	(15.370)	(5.533)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Exclusões/adições permanentes	981	352	1.663	560
Incentivos fiscais de dedução IRPJ (PAT)	35	-	36	-
Adicional de imposto de renda	18	-	18	-
Valor registrado no resultado	(10.536)	(3.813)	(13.653)	(4.973)
Total do imposto de renda e contribuição social	(14.349)		(18.626)	
Alíquota efetiva	23%	8%	22%	8%

14. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está descrita a seguir:

	Balanco patrimonial		Resultado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	30/09/2011
<u>Imposto de renda</u>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.631	1.046	585	83
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	152	267	(115)	117
Provisão para comissões	45	59	(14)	(43)
Juros sobre capital próprio	1.500	-	1.500	1.750
Provisão para perdas com investimento	31	31	-	-
Provisão para perda com avais	617	-	617	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.149	847	302	287
Ajuste a valor presente – AVP	817	981	(164)	298
Outras provisões temporárias	54	(3)	57	140
Total	5.996	3.228	2.768	2.632
<u>Contribuição social</u>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	587	376	211	30
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	55	96	(41)	42
Provisão para comissões	16	21	(5)	(17)
Juros sobre capital próprio	540	-	540	630
Provisão para perdas com investimento	50	50	-	-
Provisão para perda com avais	222	-	222	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	414	305	109	87
Ajuste a valor presente – AVP	294	353	(59)	108
Outras provisões temporárias	20	(1)	21	67
Total	2.198	1.200	998	947
	8.194	4.428	3.766	3.579

15. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

I) Provisões

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, tributária e cível. A perda estimada foi provisionada com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a provisão está assim composta:

	30/09/2012	31/12/2011
Provisão para riscos trabalhistas (a)	1.587	1.190
Provisão para riscos tributários (b)	2.158	1.632
Provisão para riscos cíveis (c)	852	567
	4.597	3.389

- (a) Referente a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, insalubridade e periculosidade, entre outros. Nenhuma das ações se refere a valores individualmente significativos.
- (b) Os processos tributários envolvem discussão, principalmente, referente a IPI e INSS.
- (c) Relativo a processos envolvendo os lojistas e consumidores finais, nestes a Companhia é parte solidária. Nenhuma das ações se refere a valores individualmente significativos.

Em 30 de setembro de 2012, os processos cíveis com perda possível totalizavam R\$8.802 e os tributários, R\$8.374.

A Companhia vem discutindo judicialmente uma notificação fiscal relativa à compensação de créditos de IPI no valor atualizado de R\$8.001, o qual, na avaliação de seus assessores jurídicos tem probabilidade de perda possível. Não há outro processo que individualmente represente parte significativa do saldo.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	30/09/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	3.389	2.128
Adições	2.738	4.034
Recuperações / realizações	(1.530)	(2.773)
Saldo no final do exercício	4.597	3.389

II) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a diversos processos tributários, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	30/09/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais trabalhistas	131	82
Depósitos judiciais tributários	715	695
Depósitos judiciais cíveis	1.229	642
	2.075	1.419

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada no dia 24 de fevereiro de 2012, rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 27 de fevereiro de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 30.101, mediante a capitalização de reserva de lucros e sem a emissão de novas ações, passando o capital social da Companhia no valor de R\$29.699 em 31 de dezembro de 2011, para R\$59.800 em 31 de março de 2012.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2012 foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 10,3547337 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para cada 01 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal existente, havendo um acréscimo de 51.451 ações, totalizando 56.950 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de março de 2012 (5.499 em 31 de dezembro de 2011).

Em 25 de abril de 2012 a Companhia obteve seu registro de companhia de capital aberto. No contexto do processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 25/04/2012, aprovou o aumento do Capital Social da empresa em R\$127.909 mediante a emissão de 9.136.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o qual foi totalmente integralizado com recursos oriundos da oferta pública de distribuição de ações da Companhia. O capital social da Companhia totaliza R\$187.709 em 30 de setembro de 2012 dividido em 66.086.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas

	Ações	Capital Social
	(em milhares)	
Saldo em 31/12/2011	5.499	29.699
Integralização de capital em 27/02/2012	-	30.101
Desdobramento de ações em 30/03/2012	51.451	-
Emissão de ações em 25/04/2012	9.136	127.909
Saldo em 30/09/2012	66.086	187.709

b) Reservas e retenção de lucros

Reserva de capital

Os custos de distribuição, atribuídos à Companhia, oriundos da oferta primária de ações totalizam R\$4.027 (R\$2.658 líquidos dos efeitos tributários).

Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até atingir o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada no dia 24 de fevereiro de 2012, rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 27 de fevereiro de 2012, os acionistas aprovaram a distribuição de reservas de lucros acumulados até 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$130.000, integralmente pagos até 03 de julho de 2012.

16. Patrimônio líquido -- Continuação

c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei, sendo que a Companhia poderá imputar juros sobre o capital próprio à conta do dividendo mínimo obrigatório.

17. Lucro líquido por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito mediante a divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A Companhia não tem ações preferenciais.

Não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações potenciais dilutivas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30/09/2012	30/09/2011
• Lucro líquido do período	31.932	42.855
• Média ponderada de ações emitidas (em milhares)*	62.238	56.950
• Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	0,51	0,75

* Considerando o desdobramento de ações aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de março de 2012.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas informações trimestrais.

18. Outras receitas operacionais

	30/09/2012	30/09/2011
Despesas operacionais		
Perda alienação do ativo imobilizado	(12)	(67)
	(12)	(67)
Receitas operacionais		
Ganho alienação do ativo imobilizado	10	79
Prêmio bancário*	6.299	3.776
Outras receitas operacionais	1.832	1.497
	8.141	5.352
Outras receitas operacionais, líquido	8.129	5.285

* Refere-se a valores recebidos de instituição financeira por volume de financiamentos realizados através da rede de lojas atendidas pela Companhia, sendo a contra partida a conta de outros ativos.

19. Resultado financeiro líquido

	30/09/2012	30/09/2011
Despesas financeiras		
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(503)	(604)
Despesas de empréstimos e financiamentos	(419)	(226)
Despesas com variação cambial	(309)	(117)
Ajuste a valor presente – AVP	(342)	-
Outras despesas financeiras	(593)	(34)
	(2.166)	(981)
Receitas financeiras		
Juros recebidos	2.527	2.198
Descontos obtidos	449	282
Rendimentos de aplicações financeiras	2.022	1.652
Receitas com variação cambial	211	155
Ajuste a valor presente – AVP	3.894	2.492
Outras receitas financeiras	409	479
	9.512	7.258
Resultado financeiro líquido	7.346	6.277

20. Transações e saldos com partes relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia realizou as seguintes transações com as partes relacionadas:

	30/09/2012	31/12/2011
Ativo circulante		
Contas a receber		
Telasul S.A.	55	99
Outras partes relacionadas (a)	9	-
	64	99
Outros créditos a receber		
Outras partes relacionadas (a)	-	952
	-	952
Total do ativo	64	1.051
Passivo circulante		
Contas a pagar por compras Telasul S.A (b)	259	-
Total do passivo	259	-
	30/09/2012	30/09/2011
Demonstração do resultado		
Vendas		
Outras partes relacionadas (a)	9	-
Telasul S.A.	404	486
	413	486
Compras		
Telasul S.A.	8.352	11.897
	8.352	11.897

(a) Outras partes relacionadas representado por operações com acionistas.

(b) Incluído no saldo de fornecedores.

As operações envolvendo a Companhia e a parte relacionada Telasul S.A., referem-se a compras de insumos (portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos) utilizados em nosso processo produtivo para fabricação de móveis componíveis. Também a Unicasa efetua vendas para a Telasul S.A. de diversos produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros) e sucatas de madeira. As operações são efetuadas a preços de mercado e com prazo médio de compra e venda de sete dias.

Como mencionado na Nota 2.20 a Companhia mantém leasing de uma aeronave. No período findo em 30 de setembro de 2012 a despesa com arrendamento com este leasing e demais despesas relativas à manutenção e conservação da aeronave totalizou R\$1.303 (R\$1.115 em 30 de setembro de 2011), sendo totalmente reembolsada pelos acionistas pelo uso do equipamento.

Termos e condições de transação da Companhia

A Telasul S.A. é uma Companhia controlada pelos acionistas majoritários da Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operação com terceiros. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração da administração

A Companhia pagou aos seus administradores (Diretoria Estatutária e Conselho da Administração), remuneração no valor total de R\$1.894 no período findo em 30 de setembro de 2012 (R\$1.664 em 30 de setembro de 2011).

A Companhia não oferece a suas pessoas chaves benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

21. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	30/09/2012	30/09/2011
Receita bruta de vendas	268.521	292.321
IPI sobre vendas	(3.812)	(13.729)
ICMS ST sobre vendas	(11)	-
Receita bruta de vendas (-) IPI e ST sobre vendas	264.698	278.592
ICMS sobre vendas	(29.470)	(32.630)
Outros impostos sobre vendas	(24.346)	(25.192)
Devoluções de vendas	(4.103)	(2.771)
Ajuste a valor presente	(2.898)	(3.687)
	203.881	214.312

22. Despesas por natureza

	30/09/2012	30/09/2011
Despesas por função		
Custo dos bens e serviços	(119.891)	(123.407)
Despesas com vendas	(39.230)	(30.127)
Despesas administrativas	(13.954)	(10.859)
	(173.075)	(164.393)
Despesas por natureza		
Despesas com pessoal	(28.347)	(23.642)
Despesas com insumos	(97.271)	(101.128)
Despesas com depreciação e amortização	(6.187)	(5.052)
Despesas com serviços de terceiros	(8.722)	(8.877)
Despesas com propaganda	(7.730)	(7.724)
Despesas com comissões	(1.911)	(1.859)
Despesas com provisões	(5.558)	(2.015)
Outras despesas	(17.349)	(14.096)
	(173.075)	(164.393)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais.

a) Instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais e sujeitas às atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas e ajuste a valor presente.
- **Empréstimos concedidos** – referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com remuneração média de 8,55% ao ano.
- **Contas a pagar** - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitas a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.
- **Empréstimos e financiamentos** – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, conforme o quadro abaixo:

		30/09/2012	31/12/2011		Total
		Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Mantidas até o vencimento	
Ativos	Nota				
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.966	12.131	-	12.131
Aplicação financeira vinculada		-	-	323	323
Contas a receber de clientes	5	113.572	110.855	-	110.855
Empréstimos concedidos	8	8.902	11.626	-	11.626
Passivos					
Fornecedores	13	(11.919)	(8.425)	-	(8.425)
Empréstimos e financiamentos	12	(5.962)	(6.803)	-	(6.803)
Total		124.559	119.384	323	119.707

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

a) Instrumentos financeiros -- Continuação

Abaixo apresentamos o valor contábil e o justo dos instrumentos financeiros:

	Valor contábil		Valor justo	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	19.966	12.131	19.966	12.131
Aplicação financeira vinculada	-	323	-	323
Contas a receber de clientes	113.572	110.855	113.572	110.855
Empréstimos concedidos	8.902	11.626	8.902	11.626
Passivos				
Fornecedores	(11.919)	(8.425)	(11.919)	(8.425)
Empréstimos e financiamentos	(5.962)	(6.803)	(5.962)	(6.803)

b) Gerenciamento de riscos

Os principais passivos financeiros da Companhia são compostos por contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. O principal objetivo destes passivos financeiros é de levantar recursos financeiros para as operações da Companhia. Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos à clientes, que são obtidos diretamente de suas operações.

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio, e risco de preço de commodities), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por riscos incluem os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, contas a receber, e empréstimos concedidos a clientes.

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar e contas a pagar a fornecedores.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

- **Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras.

- **Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. A Companhia tem obtido sucesso em ajustar a sua estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresenta o saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 1.886 mil e saldo a pagar de EUR 911 mil e USD 20 mil referentes à compra de novos equipamentos para a fábrica.

Sensibilidade a taxas de câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos em moeda estrangeira nos quais a Companhia possuía exposição na data base de 30 de setembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário, apresentamos mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Operação	Moeda	Cenário Provável (Valor Contábil)	Cenário A	Cenário B
Redução da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	3.793	2.845	1.896
Fornecedores em moeda estrangeira	R\$	(2.420)	(1.815)	(1.210)
Deterioração da taxa em:			25%	50%
Referência para taxa de Câmbio:				
Dólar		2,03	1,52	1,02
Euro		2,61	1,96	1,31
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		(343)	(686)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

- **Risco de preço das commodities**

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar commodities como matéria – prima, chapas de MDF, a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais. A Companhia tem obtido sucesso na aplicação desta política.

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, conforme avaliação de sua administração. Para contas a receber de clientes, a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na nota explicativa nº 5.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia contava com 6 clientes (31 de dezembro de 2011: 11 clientes) responsáveis por 51,12% (31 de dezembro de 2011: 50,40%) de todos os recebíveis devidos. A Companhia tem garantias reais e monitora sua exposição. Esses clientes operam com diversas lojas no Brasil, incluindo um magazine. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% das vendas.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo departamento financeiro da Companhia e monitorado pela diretoria. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas pela Diretoria Executiva, exclusivamente de primeira linha. Os montantes aplicados são monitorados a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

- Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro em 30 de setembro de 2012 com base nos pagamentos contratuais não descontados:

Em 30 de setembro de 2012	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	290	4.837	835	5.962
Fornecedores	11.909	10	-	11.919
	12.199	4.847	835	17.881

Vencimento do passivo financeiro em 30 de setembro de 2012 com base nos pagamentos contratuais não descontados e juros projetados com base nos contratos:

Em 30 de setembro de 2012	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	406	5.093	863	6.362
Fornecedores	11.909	10	-	11.919
	12.315	5.103	863	18.281

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos findos naquelas datas.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

c) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos e fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrada abaixo:

	30/09/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos	5.962	6.803
Fornecedores	11.919	8.425
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(19.966)	(12.131)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	-	(323)
Dívida líquida	(2.085)	2.774
Patrimônio líquido	222.922	195.739
Patrimônio líquido e dívida líquida	220.837	198.513

24. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Período de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Incêndios, vendaval e danos elétricos			
Máquinas e equipamentos	31/12/2011	31/12/2012	86.300
Estoque	31/12/2011	31/12/2012	28.800
Edificações	31/12/2011	31/12/2012	36.000
Lucros cessantes	31/12/2011	31/12/2012	20.412

25. Informação por segmento

Em função de produzir unicamente móveis (modulados e planejados), a Companhia está organizada e concentrada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

A receita bruta de vendas no mercado interno e externo está assim representada:

	Receita bruta de vendas	
	30/09/2012	30/09/2011
Mercado interno	262.211	287.505
Mercado externo	6.310	4.816
	268.521	292.321

25. Eventos subsequentes

Em 08 de outubro de 2012 o Conselho de Administração da Companhia aprovou em Ata de Reunião a criação da empresa Unicasa Comércio de Móveis Ltda, que terá sua sede em Bento Gonçalves, no estado do Rio Grande do Sul, e será controlada integral da Unicasa Indústria de Móveis S.A.. Esta empresa terá como objetivo a abertura de lojas próprias.